



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01/2025

Proposição: Altera o art. 40 da Lei Orgânica do Município de Capanema para incluir o cargo de Procurador-Geral do Município entre os agentes políticos.

Autoria: Executivo Municipal

Relator: André Drebes

Parecer: FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 866/2025
Data: 10/10/2025 - Horário: 16:38
Administrativo

1. RELATÓRIO

O Senhor Prefeito Neivor Kessler, por meio do ofício nº 675/2025, encaminhou à Câmara Municipal de Capanema o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal.

A matéria propõe a inclusão do cargo de Procurador-Geral do Município no rol de Agentes Políticos, equiparando-o a funções como Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais. A proposta abrange também a fixação de subsídios para o cargo e estende o direito ao recebimento de honorários advocatícios de sucumbência ao respectivo ocupante.

O projeto foi apresentado em Sessão Ordinária e, após análise e emissão de parecer pela Comissão de Justiça e Redação, segue para deliberação desta Comissão de Finanças e Orçamento.

2. PARECER DA COMISSÃO

Após a análise detalhada do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, esta Comissão não identificou impedimentos de natureza legal, constitucional ou orçamentária que comprometam à sua tramitação.

A proposta está em consonância com o princípio da simetria constitucional e visa aprimorar a estrutura administrativa e jurídica do município.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se **Favorável** à tramitação e à subsequente aprovação do projeto, pelos seguintes fundamentos:

-Reforço da Segurança Jurídica e da Representação Processual. O Procurador-Geral no rol de Agentes Políticos reconhece a natureza essencialmente política e de chefia da função;

- Planejamento e Execução Orçamentária Eficiente: A clareza na fixação de subsídios para Agentes Políticos é um requisito de transparência e conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelas razões apresentadas e considerando a relevância da proposta para aprimorar a gestão pública e a defesa dos interesses municipais, a Comissão de Finanças e Orçamento recomenda a aprovação unânime da matéria pelo Plenário desta Casa Legislativa.

PAÇO MARCELINO AMPESSAN, aos 09 dias do mês de outubro de 2025.

André Drebes
Relator

Gean Denardin
Presidente

Eduarda Tortora
Secretária